



82

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0333815-8**

**AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BUÍQUE/PE

**PACIENTE:** ERINALDO ANTÔNIO DA SILVA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DO PERICULUM LIBERTATIS. AUSÊNCIA DE FUNAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE MANTEVE A CUSTÓDIA PREVENTIVA. PACIENTE QUE DEMONSTRA AUSÊNCIA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS, RESIDÊNCIA FIXA E OCUPAÇÃO LÍCITA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. CONCESSÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º **0333815-8** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, nesta sessão, **por unanimidade, EM CONCEDER A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de JUNHO de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**

Relator



83

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL****HABEAS CORPUS Nº 0333815-8****AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BUÍQUE/PE**PACIENTE:** ERINALDO ANTÔNIO DA SILVA**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA**RELATÓRIO**

Cuida-se de **Habeas Corpus, com pedido liminar**, em favor de ERINALDO ANTÔNIO DA SILVA denunciado como infrator do art. 148, § 1º, inciso III C/C art.29, ambos do Código Penal, em trâmite perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Buíque/PE. Afirma que a decisão da manutenção do decreto preventivo não fora devidamente fundamentada, motivo pelo qual pugna pela concessão da ordem, expedindo-se o salvo conduto em favor do paciente ou, de forma alternativa, a substituição da prisão por medidas cautelares previstas no art. 319 do CP. Acostou documentos de fls.24/51.

Segundo narra a inicial, em 29.05.2013, por volta das 23:40h, no município de Buíque/PE, o paciente abordou a vítima Tyago José Cavalcanti e Silva, juntamente com outro comparsa e o forçou a entrar em um veículo automotor. Após o ocorrido, a vítima desapareceu.

Liminar indeferida por decisão de fls.59, foram requisitadas informações ao Juízo.

Em resposta ao ofício de fls.60, o Juiz primeiro trouxe detalhado informe sobre a marcha do feito e trouxe à colação peças processuais necessárias ao julgamento do feito.



84

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

A Procuradoria de Justiça, mediante seu parecer ministerial, **opinou pela concessão da ordem.**

**É o Relatório.**

Recife, 16 de Junho de 2014.

**Relator Des. Odilon de Oliveira Neto**



85

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

**1ª CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº 0333815-8**

**AUTORIDADE COATORA:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BUÍQUE/PE

**PACIENTE:** ERINALDO ANTÔNIO DA SILVA

**RELATOR:** DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

**VOTO**

O presente Habeas Corpus tem por objetivo desconstituir a custódia cautelar imposta ao Paciente, sob alegação de constrangimento ilegal por ausência de fundamentação do decreto preventivo, especialmente no tocante à garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

**Sustenta a inicial que a decisão que manteve a custódia preventiva se fundamentou no conceito genérico de "ordem pública", contrariando o princípio da presunção da inocência. Aduz também que o paciente não anota registros criminais.**

Defende ainda o paciente que além da ausência de fundamentação do decreto preventivo, a manutenção da custódia se dá de forma exarcebada, eis que em seu caso deveria ser aplicada umas das medidas cautelares previstas no art.319 do CP ante a "pequena" gravidade do delito e das condições favoráveis, como bons antecedentes, residência fixa, entre outras.

Conforme informações prestadas pelo Juízo de Primeiro Grau, mesmo com a pluralidade de réus, os autos seguem seu rito de forma regular, estando atualmente com audiência designada para 21.07.2014, às 10h.



86

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

De imediato, **vejo que assiste razão ao impetrante, motivo o pela qual, concordando inteiramente com o parecer ministerial, entendo que a concessão da ordem é o que se impõe neste processo.**

A partir da leitura da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória em face de possíveis ameaças às testemunhas à mando do paciente, observa-se que esta não apresenta fundamentação suficientemente adequada, visto que não apontou concretamente no que consistiria o *periculum libertatis* do paciente, além de não ter observado a existência de residência fixa e de que o delito supostamente praticado é afiançável.

Além do mais, o Paciente acostou certidão que atesta a inexistência de antecedentes criminais (fls. 44/45), fato este que descaracteriza o *periculum libertatis* e afasta a necessidade da medida.

A prisão provisória, sob o enfoque das alterações previstas pela Lei nº 12.403/11, constitui-se em providência extrema, somente aplicável nas hipóteses em que as medidas cautelares alternativas não forem suficientes ou adequadas (art. 282, §6º, do CPP).

Vale ressaltar que somente a prova da existência do crime e dos indícios de autoria não são suficientes para o decreto preventivo, sendo necessário ainda o atendimento de pelo menos um dos requisitos do art. 312, do CPP, quais sejam: a) garantia da ordem pública; b) conveniência da instrução criminal; e, c) assegurar a aplicação da lei penal.

No caso sub examine, não consta na decisão que manteve a medida constritiva qualquer fundamento capaz de



87

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto**

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

justificá-la, havendo apenas a afirmação genérica de que as investigações não se avançam por culpa do paciente, senão leia-se:

Segundo as informações fornecidas pela autoridade policial, as testemunhas estão sendo ameaçadas pelos investigados e teme prestar qualquer tipo de esclarecimento a respeito do fato, chegando ao ponto de procurar a delegacia para retirar declarações que incriminam os acusados, não sendo possível avançar com as investigações [...]

Deve-se ainda ressaltar que a pluralidade de agentes no processo de primeiro grau dificulta a certeza de que o ora paciente é o suposto responsável pelas ameaças endereçadas às testemunhas.

Nos termos destacados no Parecer Ministerial, a pena mínima em abstrato do art. 148, inciso III do CP não ultrapassa dois anos de reclusão, o que favorece ao paciente a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Assomado a tais circunstâncias, deve-se evidenciar que o Paciente não possui antecedentes criminais, restando, assim, evidente o constrangimento ilegal da medida aplicada.

Logo, entendo que as medidas cautelares são suficientes para a garantia da ordem pública, bem assim, para a conveniência da instrução criminal.

Neste sentido, aplicando o inciso I, do art. 319, do CPP, visando a garantia da ordem pública, entendo que deverá o Paciente comparecer mensalmente em juízo, para informar e justificar suas atividades.

Com a finalidade de garantia da aplicação da lei penal, voto no sentido de aplicar a cautelar prevista no inciso IV, do art. 319, do CPP, de modo que o Paciente não poderá se ausentar da Comarca por mais de 10 (dez) dias.



88

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto  
Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260  
Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

---

Por fim, com a finalidade de evitar práticas delitivas por parte do Paciente, entendo pela aplicação da medida cautelar estabelecida no inciso V, do art. 319, do CPP, de modo que este deverá recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga.

Assim, pelo exposto, inexistentes os motivos ensejadores da medida privativa de liberdade e, havendo a possibilidade de aplicação de outra medida cautelar, **alinhavado ao entendimento da Procuradoria de Justiça, voto pela concessão da ordem.**

Entendo, contudo, pela necessidade de aplicar apenas as medidas cautelares previstas no art. 319, inciso I e V, Código de Processo Penal, por se mostrarem suficientes à prevenção do cometimento de novos delitos, com as cautelas do art. 282, §4º, do CPP.

É como voto.

Recife, 16 de Junho de 2014.

**Des. Odilon de Oliveira Neto**  
**Relator**